



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

ATA N. 17, DE 26.06.2016

No dia 26 de junho de 2016, pelas 14h 40m, no Largo da Feira de Nojões, em Real, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM) de Castelo de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. a) Saudações e intervenções iniciadas pelos Presidente da AM, Presidente da Junta de Freguesia e Presidente da Assembleia de Freguesia;
b) Intervenções de outros Membros da Assembleia de Freguesia;
c) Intervenções de convidados ou outras pessoas do público;
d) Intervenções de Membros da AM (Assuntos gerais de interesse autárquico - período de antes da ordem do dia, particularmente focado em questões relacionadas com Real).
2. Ata da sessão de 30.04.2016.
3. Informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.
4. Lei dos Compromissos e pagamentos em Atraso – Listagem de compromissos Plurianuais 1º. Trimestre de 2016-06-01.
5. Declaração de Concelho como Zona livre de TTIP (Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento/ Transatlantic Trade and Investment Partnership) e CETA (Comprehensive Economic and Trade Agreement).
6. A questão da reorganização territorial das freguesias do Município.
7. Outras intervenções do público presente.

Participaram os membros: António Gouveia Coelho, Carla Margarida Nunes Freitas Vinagre, José Vieira Gonçalves, José António da Costa Moreira da Rocha, Abel Duarte Barbosa, Fernando Rodrigues Alves, António da Silva Pinto, Ângelo Soares Fernandes, José Correia Teixeira Martins, Marta do Rosário Martins Moreira Teixeira; Manuel da Costa Moreira da Rocha Correia, Maria Celeste José dos Santos, José Miguel Alves Nogueira, José António dos Santos Vilela, Vítor Manuel Quintas Pinho, Pedro Miguel de Jesus Mendes em substituição do Presidente da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, Agostinho Manuel Luís Monteiro.

Da Câmara Municipal (CM) participaram: o Presidente, Gonçalo Rocha e os Vereadores, José Manuel Carvalho, António Rodrigues, Manuel Joaquim Correia Almeida Junot da Silva.

Presidiu Gouveia Coelho, assessorado Carla Margarida Nunes Freitas Vinagre, como 1º. Secretária, e José Vieira Gonçalves, como 2º. Secretário

Pediram a suspensão de mandato os Membros:

a) Maria Alcina Gonçalves Correia; b); Ricardo da Costa Moreira; c) José Manuel Lopes de Almeida; d)Filipe Miguel Sousa Costa; e) Giselda Martins de Sousa Neves;

A AM nada opôs às requeridas suspensões, aceitando que, em vez daqueles, participassem na reunião os respetivos substitutos; ou seja: a) Tiago José Correia da Rocha; b) Liliana Catarina Martins Vieira; c) José Miguel Alves Nogueira d) Maria Celeste José dos Santos; e) José Teixeira Correia Martins.

Faltaram os Membros: Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Ricardo Jorge Martins Alves, António Pedro Maldonado Martins Carvalho, Manuel António da Rocha Pereira, Joselina Maria Barbosa Fernandes Casaca e Tiago José Moreira da Rocha.

O Presidente da AM declarou aberta a sessão às 14.40h no Largo da Feira de Nojões.

Houve várias intervenções do Presidente da AM, do Vitor Quintas Pinho, Presidente da Junta de Freguesia (JF) de Real, António Pereira, Presidente da Associação Cultural e Recreativa de S. Gonçalo de Nojões, Maria Fernanda Soares que representava os proprietários de Celeirós, Jorge Quintas, Presidente da CM, e Alexandre Lopes, Presidente da Assembleia de Freguesia (AF) de Real que deu a indicação do itinerário: seguia-se em direção ao Centro de Real com paragem na Ponte das Travessas e depois seguiam para Penela, Trelopendo, Mó, Gildinho, Gilde, Seixo, Santo Adrião e, para o fim do dia, o vale da Mota e o Loteamento do Outeiro.

Ponte das Travessas:

Houve várias intervenções de Vitor Quintas Pinho, Presidente da JF de Real, Presidente da AM e Presidente da CM .

Penela

Houve várias intervenções de Alexandre Lopes, Presidente da AF de Real, José Teixeira, Vitor Quintas Pinho, Presidente da JF de Real, Presidente da AM.

Trelopendo.

Houve várias intervenções de Vitor Quintas Pinho, Presidente da JF de Real, José Pinho Nunes, residente em Trelopendo, Jorge Quintas.

Barreiros

Houve várias intervenções de Vitor Quintas Pinho, Presidente da JF de Real, José Teixeira, Alexandre Lopes, Presidente da AF de Real e Presidente da AM.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Barragem do Seixo

Houve várias intervenções do Alexandre Lopes, Presidente da AF de Real e do Presidente da AM.

Gildinho

Houve várias intervenções do Alexandre Lopes, Presidente da AF de Real, António Pinto, Vitor Quintas Pinho, Presidente da JF de Real, Carla Freitas, Joaquim Moreira da Rocha, Jorge Quintas e do Presidente da AM.

Gilde

Houve várias intervenções do Alexandre Lopes, Presidente da AF de Real, Presidente da AM, Fernando Barbosa, do Gilde, Maria Clara de Pinho Ribeiro, do Gilde, Emilia Ferreira Soares, do Gilde, Vereador José Manuel Carvalho, Vitor Quintas Pinho, Presidente da JF de Real, Paula Alexandra, do Gilde, José Pereira, Presidente da Comissão de Festas de S. José de Gilde.

Seixo

Houve várias intervenções do Vitor Quintas Pinho, Presidente da JF de Real, Presidente da CM, Alexandre Lopes, Presidente da AF de Real, Jorge Quintas, Presidente da AM.

Monte de Santo Adrião

Houve várias intervenções do Alexandre Lopes, Presidente da AF de Real, Manuel Ferreira Soares de Pinho, Presidente da Comissão de Festas de Santo Adrião, Vitor Quintas Pinho, Presidente da JF de Real, Presidente da AM, Presidente da CM.

Loteamento do Vale da Mota

Houve várias intervenções do Vitor Quintas Pinho, Presidente da JF de Real, Jorge Quintas, Presidente da CM, Presidente da AM.

Loteamento do Outeiro

Houve várias intervenções do Alexandre Lopes, Presidente da AF de Real, Vitor Quintas Pinho, Presidente da JF de Real, Presidente da AM.

Crasto

Houve várias intervenções do Alexandre Lopes, Presidente da AF de Real.

Presidente da AM referiu que os órgãos autárquicos de Real pretendiam que ainda se fosse visitar a Igreja, o que significava a alteração à Ordem de trabalhos que ratificaram em Nojões, que teria de ficar sem efeito por manifesta falta de tempo. Dado o adiantado da hora, propunha à AM continuar os trabalhos durante mais algum tempo ou se os interrompia, sendo que a consequência imediata da

interrupção era que iam entrar pela madrugada dentro com os pontos da Ordem de Trabalhos.

Igreja Matriz de Real

Houve várias intervenções do Presidente da AM, Alexandre Lopes, Presidente da AF de Real, Jorge Quintas.

Presidente da AM interrompeu os trabalhos para o jantar.

Iniciaram-se os trabalhos pelas 21.30h.

Verificou-se a presença dos membros: José Duarte Rocha e Maria Manuela de Sousa Moreira.

Verificou-se a ausência dos membros: Abel Duarte Barbosa e José António dos Santos Vilela.

Verificou-se a falta dos membros: Maria de Fátima Strecht Ribeiro, Manuel da Rocha Pereira, Ricardo Jorge, Pedro Maldonado, Joselina Casaca e Tiago José Moreira.

A sessão iniciou-se com a atuação musical da Tânia e Cristiana, que tocaram para todos os presentes.

Presidente da AM referiu que os trabalhos que tinham iniciado em Nojões e depois de visitaram outros locais da Freguesia. Cumprimentava de modo especial a Freguesia de Real, pois pela primeira vez no Concelho realizava-se uma sessão ordinária da AM daquela natureza. A AM, em parceria com a JF e AF de Real, estive reunida na imensa Freguesia para ouvir, para ver, constatar, para inquirir, tomar consciência de como se vive e viveu em Real. Tiveram contacto com o que foi feito e com o que faltava fazer. Em nome da AM transmitia os cumprimentos e uma saudação especial a todos os realenses, na pessoa do Sr. Presidente da JF e da AF de Real, que bem trabalharam e que bem representados estavam os realenses por aqueles dois promissores eleitos locais. Iria invocar dois grandes vultos da Freguesia que continuavam a iluminar e a servir de exemplo para um trabalho mais profícuo. Estava a referir-se a Joaquim Quintas que nasceu, cresceu, trabalhou e faleceu em Real, mas que todos o sentiam ainda vivo. Foi um grande cidadão, com a sua intervenção cívica, a sua preocupação permanente pelo bem das populações, pelo governo das aldeias e do Município. Ficava aqui o registo do respeito, admiração e reconhecimento. O mesmo dizia em relação a Joaquim Gomes de Castro que foi prestigiado membro da AM, que desenvolveu no Concelho uma atividade ímpar e prolongado por muito tempo. Desenvolveu um papel relevante nas Minas do Pejão, na Freguesia de Pedorido, em várias instituições como foi o caso da Cooperativa Agrícola. Foi um militante, um intervencionista na ação pública de Castelo de Paiva, de corpo inteiro. A título excepcional, ninguém levará a mal que sejam convidados a dar uma calorosa salva de palmas a estes dois vultos de



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Real. Referiu, ainda, que tinha convidado todas as Associações da Freguesia, assim como o Comandante dos Bombeiros, o Comandante da GNR e o Sr. Padre, mas infelizmente estes últimos convidados justificaram a ausência.

1. a) SAUDAÇÕES E INTERVENÇÕES INICIAIS PELO PRESIDENTE DA AM, PELO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA E PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA;

Alexandre Lopes, Presidente da AF de Real, referiu que dava os parabéns à Mesa da AM por ter saído de dentro da CM e vir ao terreno para verem os verdadeiros problemas e o que preocupava as populações das freguesias. Era com muito agrado que eram todos recebidos na Freguesia de Real. Era muito importante e foi com muito agrado que a visita à Freguesia durante a tarde foi feita por um número tão grande de membros da AM. Sabia que se vivia uma época difícil, que os recursos eram escassos, mas gostava que fossem feitos com critério e os mais necessários, as populações iriam entender e a JF de Real iria reivindicar o que era melhor para Real.

Vitor Quintas Pinho, Presidente da JF de Real, referiu que a Freguesia de Real dava as boas vindas aos mais ilustres representantes políticos do Concelho. Era porventura a reunião mais prestigiada de sempre realizada na Freguesia de Real, onde, em plenário e de uma forma profícua, discutiam os mais prementes problemas do Concelho. Cumprimentava a Mesa da AM e os ilustres Membros da AM. Cumprimentava de forma especial o Executivo da CM, em particular o Presidente Dr. Gonçalo Rocha e os Vereadores presentes, manifestando o seu apreço pelo trabalho desenvolvido nos últimos anos. Cumprimentava ainda os representantes das Juntas de Freguesia e das Assembleias de Freguesia, com elevada estima e atenção aos elementos que compunham a AF de Real. Cumprimentava ainda os representantes das Instituições da Freguesia, o Real Atlético Clube, o CCD Real, a Associação de Nojões, a Associação do Gilde, o Centro Social de Real, a Associação do Rio Sardoura, a Comissão de Festas de S. Gonçalo de Nojões, a Comissão de Festas de Santa Marinha, a Comissão de Festas de Santo Adrião, a Comissão de Festas de S. José do Gilde, a Comissão de Festas da Senhora da Saúde e todos os realenses e paivenses presentes. Num passado não muito distante a Freguesia de Real não teve o desenvolvimento que se esperava, mas felizmente em mais de dois anos e pouco de mandato a Freguesia de Real adquiriu uma viatura para que os funcionários se fizessem transportar para os locais mais recônditos da freguesia sem que necessitassem de percorrer dezenas de quilómetros em trator, ao frio e à chuva. A Freguesia construiu uma sala multiusos, que era usada por todas as instituições de Real para as mais variadíssimas atividades. Ao fim de dois anos e graças ao povo de Real, a Freguesia equipou-se da sua Casa Mortuária. Tiveram a coragem de assumir o projeto e de o construir e era essencial nos dias que corriam. A questão social foi uma aposta e a campanha “kit bebé” era um sucesso, com este projeto ajudavam muitas famílias de Real em inicio de vida familiar, no preciso

momento em que os jovens casais necessitavam de apoio. Destacava uma nova dinâmica no apoio às Associações, de forma mais séria e imparcial a todas as instituições. Os realenses mais velhos e os mais novos eram uma preocupação que era colmatada com a estreita colaboração com o Centro Social de Real, cuja missão devia ser sublinhada. Quanto à Associação de Nojões, era um privilégio fazer parte do projeto arrojado que se predispuaram a realizar e não tinha dúvidas que em breve será uma realidade. A Associação do Gilde era uma Associação de pessoas dinâmicas e que o apoio que prestavam aos residentes do Lugar do Gilde e as iniciativas que favoreciam a restante freguesia era de notar. O Real Atlético Clube e o CCD Real, os dois clubes da Freguesia, eram imprescindíveis para criar uma dinâmica para a prática desportiva e levar o nome da Freguesia para além das suas fronteiras. A equipa masculina de futebol mostrava toda a raça da freguesia, a equipa de futsal feminina, além de patentear a beleza e graciosidade, as suas conquistas nos últimos dois anos são um orgulho inestimável da Freguesia de Real. A equipa de pesca do CCD Real percorria uma boa parte do País e arrecadava troféus e levava bem longe o nome da Freguesia de Real e do Concelho de Castelo de Paiva. Um dos grandes recursos da Freguesia era o seu mais importante curso de água e a existência de uma instituição como a Associação do Rio Sardoura podia trazer benefícios no sentido de se colher importantes frutos daquele curso natural. As comissões de festas tinham sido inexcusáveis no trabalho que desenvolviam na freguesia, mulheres e homens que em prejuízo pessoal davam o melhor deles para que aquelas tradições não se perdessem no tempo. Quanto aos realenses eram a razão de ser de estarem ali, eram o verdadeiro recurso natural que tornava a Freguesia especial, a sua força de vontade, o querer, a sua simpatia inigualáveis eram algumas das suas virtudes, mas não confundissem a simpatia com obediência. Exigiam que a Freguesia de Real fosse tratada da mesma forma como as outras freguesias e que os realenses fossem tratados como os demais paivenses. Muito foi feito, mas não relaxavam, empreenderam uma dinâmica que não queria abrandar, até ao fim do mandato. Achava essencial uma aposta na criação de melhores condições de vida dos paivenses e na fixação de emprego no concelho, através de uma criação de uma zona industrial localizada mais próximo do centro do concelho e as necessárias ligações a Canedo e a Penafiel revestiam-se de capital importância para impedir os paivenses de emigrar e de captar emprego para o Concelho. Estas medidas eram imprescindíveis para não se ver os conterrâneos a emigrar e a assistir ao crescente envelhecimento da população do concelho. A julgar pelas medidas implementadas pelo Executivo camarário, nomeadamente no apoio à natalidade, redução ao mínimo das taxas de IMI e às diligências junto do Governo de Portugal para tornar possível as acessibilidades solicitadas davam esperança para o futuro. A dívida que deixaram na CM era absolutamente avassaladora, mas não podia servir de desculpa para não fazer as intervenções que esperavam na Freguesia de Real. A pavimentação e o melhoramento de alguns caminhos da Freguesia eram imperativos. A intervenção no caminho que levava ao alto de Stº. Adrião, a 1º. Fase



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da pavimentação do caminho dos Barreiros, do caminho do Lugar de Vilar em Nojões, no caminho em Azevide, do caminho de Trelopenedo a Stª. Iria, do caminho de Vale de Lobos a Salgueirinhos, a melhoria da pavimentação existente nomeadamente no Lugar de Seixo e do Gafanhão a Chão da Carraçosa. A barragem do Seixo exigia um projeto credível no sentido de se aproveitar um dos maiores recursos da Freguesia de Real. Ainda era urgente intervir no reforço da rede elétrica nos lugares de Penela e Ansia, na melhoria da rede de abastecimento de água no lugar da Mó, do Gilde e do Seixo. Na implementação da rede de água pública para os lugares de Penela e Ponte Nova. Na melhoria da iluminação pública no lugar da Mó e Trelopenedo. Uma solução urgente para o saneamento básico para o Loteamento de Vale da Mota e Outeiro, não era uma necessidade, mas sim uma questão de saúde pública. Os esgotos daqueles locais corriam livremente e depositavam-se a céu aberto sem qualquer tratamento, pondo em causa a saúde, o bem-estar e a segurança de pessoas e bens. Fosse através de tratamento de esgotos naqueles locais ou fosse através do seu encaminhamento para outros locais de tratamento, era urgente uma eficaz e rápida intervenção. Muito se fez, mas que ainda havia muito para fazer e seria sempre uma voz crítica enquanto houvesse um realense que não tivesse condições de acesso dignas à sua habitação, enquanto não se concretizar a solução definitiva para o saneamento de Vale da Mota e Outeiro. Real não era o parente pobre das freguesias do concelho, exigiriam as mesmas condições que eram prestadas às demais freguesias. Estavam ali para lutar pela Freguesia e que aquele foi o compromisso que assumiram e que iriam cumprir até ao último dia. Iam sair da JF da mesma forma como entraram, de cabeça erguida. Tudo fizeram e tudo farão para não defraudar as legítimas expectativas daqueles que os elegeram. Por último, agradeceu a todos aqueles que tornaram possível a realização daquela AM, alguns dos quais integravam um grupo de realenses que sem os quais a Freguesia saia mais pobre.

b) INTERVENÇÕES DE OUTROS MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA;

Alexandre Lopes, Presidente da AF de Real referiu que a JF tinha uma lembrança para as atletas do CCD Real que foram campeões de Futsal do Vale do Sousa em 2014/2015 e 2015/2016 e solicitou que a representante do CCD Real lesse a mensagem que estava inscrita na oferta.

Vitor Quintas Pinho, Presidente da JF de Real, referiu que a lembrança era pelos feitos conseguidos nos últimos dois anos por terem destacado a Freguesia.

A Atleta Diana Fonseca recebeu a lembrança e leu a mensagem com o seguinte teor: *“Felicitase o CCD Real pelos êxitos desportivos em Futsal feminino nas épocas de 2014 a 2016. Junta de Freguesia de Real”.*

c) INTERVENÇÕES DE CONVIDADOS OU OUTRAS PESSOAS DO PÚBLICO PRESENTES;

Maurício Corvo, Presidente do CCD Real, cumprimentou todos os presentes e referiu que os trabalhos da AM eram mais importantes que aquela singela e merecida homenagem às atletas do CCD Real e aproveitava para incluir também o Real Atlético Clube. Aproveitava para dar a conhecer a atividade desportiva, desde o futebol do Real Atlético Clube, praticado na Fundação INATEL, a pesca, os jogos tradicionais e o futsal feminino praticados no Centro de Cultura e Desporto de Real – CCD Real. Apesar do futsal feminino estar em alta e merecer a homenagem prestada, todas as outras modalidades mereciam o respeito e admiração, pelo sacrifício e prazer com que são praticados. O desporto em Real tinha palmarés, mas era mais importante publicitar a sã vivência desportiva, desprovida de credos, xenofobias e controles políticos. A equipa de futsal feminino, no ano transato, conquistou tudo o que havia para conquistar nos dois campeonatos que disputou, um na Federação de Futebol Amador de Penafiel, em âmbito concelhio, e outro na Federação de Futebol Popular do Norte, de âmbito distrital. No presente ano revalidaram o título e consagraram-se bicampeãs na Federação de Futebol Amador de Penafiel. Para além de serem bicampeãs, as atletas conquistaram também os troféus de melhor ataque, melhor marcador, melhor defesa daquelas duas Federações. Poderiam participar no campeonato Distrital da Associação de Futebol de Aveiro, mas a vida particular e profissional das jogadoras não permitia. O que os movia era que o desporto paivense demonstrasse que, apesar de disporem de pequenos orçamentos, trabalhavam e dedicavam-se à causa desportiva. Há pouco tempo a pesca tinha dado um passo importante para se posicionar na Conquista do Campeonato Nacional da Fundação INATEL. No Futebol no Real Atlético Clube, principalmente os atletas de Real eram sugados pelas equipas concelhias que militavam nos campeonatos distritais. Por último, salientou que tudo isto era possível graças aos auxílios económicos e materiais que a CM e a JF disponibilizavam, estavam gratos por aquelas ajudas. Mas queria agradecer particularmente à JF de Real, que pelas forças das circunstâncias criou condições logísticas de apoio à pesca. Onde quer que estivesse o Prof. Joaquim Quintas, que pelo seu saber de estar na política e no desporto, era cada vez mais lembrado, pediam forças, engenho e arte para poderem prosseguir a missão desportiva que ele sempre apadrinhou.

Joaquim Oliveira Duarte, representante da Comissão de Festas de Santo Adrião, referiu que a 635 metros de altitude, ponto mais elevado do Concelho, existia um lugar chamado de "Monte de Santo Adrião" pertencente à freguesia de Real, onde estava edificada uma capela, que fazia precisamente 250 anos. De lá as vistas eram fantásticas. O Porto, Gondomar, Penafiel, terras de Santa Maria da Feira, Cinfães, Castro de Aire, Arouca e o maciço da Gralheira eram perfeitamente visíveis. Era um miradouro encantado de onde se apreciava uma vista verdadeiramente cativante. Todos os anos, após quarenta dias da Páscoa, fazendo-se coincidir nodomingo, realizava-se uma festa em honra de



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Santo Adrião. Era, provavelmente, a festa religiosa mais antiga do concelho que começava com uma procissão que percorria uma grande distância, da Igreja Matriz até ao alto do monte. Aquele local, apesar de já ter beneficiado de alguns melhoramentos, continuava a ter um acesso pouco digno e muitas vezes intransitável. Por essa razão, a comissão de festas de Santo Adrião, solicitava os bons ofícios para o alcatroamento do acesso que ligava à estrada de Castelo de Paiva/Arouca, com uma largura de seis metros, para que os milhares de pessoas que visitavam aquele local pudessem condignamente a ele aceder e dele desfrutar. Certos do empenho, estavam convictos que aquela obra de extrema importância seria uma realidade. Para tudo o que fosse preciso para realizar aquele melhoramento, ficava o Senhor Presidente a saber que podia contar com a Comissão de Festas de Santo Adrião.

Presidente a AM referiu que a AM visitou o local que tinha referido e naturalmente iam ter em conta aquela preocupação.

Jorge Quintas, residente em Real, cumprimentou todos os presentes e referiu que lamentava que a AM fosse composta por 27 elementos, mas só estivessem presentes 18. Não queria crer que era uma falta de consideração para com a Freguesia de Real ou para com a população de Real. Queria acreditar que foi por impossibilidade. Tinha sido membro da AM no anterior mandato, a AM servia essencialmente para fiscalizar, sugerir, apresentar e reclamar. Felizmente tinha havido abertura para se fazer a AM fora dos Paços do Concelho. O que se tinha feito naquele dia em Real, valia a pena e era digno de registo. Como realense, acompanhou a AM desde o inicio, em Nojões, depois de breves intervenções foram para a Ponte das Travessas e registou-se a reclamação do alargamento, depois foram a Penela, onde não havia água ao domicílio, foram a Trelopenedo que tinha o caminho por asfaltar e era necessário o reforço da energia elétrica, foram aos Barreiros e viram que o caminho de terra batida dificultava o acesso, e até os bombeiros tinham dificuldade em lá ir, foram ao Gildinho e tiveram a oportunidade de ver uma indústria hoteleira, foram ao Gilde e depois ao Seixo. A Freguesia de Real tinha caminhos que não eram condignos para servir as populações. O problema do saneamento do Vale da Mota e do Outeiro, não era só solução da CM, que aquilo era um acumular de problemas antigos que tinham chutado para a frente. Aquilo levava a imagens do terceiro mundo o que se passava no Vale da Mota e Outeiro. Em cada espaço da Freguesia e em cada ribanceira havia um triste hábito de transformar aqueles espaços numa lixeira, que era um pequeno lixo, era um colchão que já não servia punham lá, era um eletrodoméstico avariado que se deitava para lá e estava na moda atirar o lixo pela janela do automóvel. Na Freguesia de Real havia pontos de recolha de lixo, tinham ecopontos e não custava nada colocarem o lixo naqueles locais e que gostava que todas aquelas questões fossem resolvidas. Todos os munícipes paivenses recebiam uma carta da CM com a fatura da água e que, apesar de só se poder ler com uma lupa, o espaço atrás em branco podia ser aproveitado para

alguma coisa. Tinha um projeto para apresentar que era um slogan na parte de trás da fatura da água e para Real poderia ser “Terra Limpa, Terra Linda”. Real tinha potencialidades e quando reclamavam a resolução dos problemas não estavam a pedir demais e que se calhar nunca fizeram as contas, mas Real era uma das freguesias que mais contribuía para os cofres do Estado. Bastava olhar para a mancha florestal, que depois de transformada, aquela matéria era tudo receitas a nível de impostos para o Estado e eram milhares e milhares de euros. Real tinha potencialidades agrícola, florestal, que tinha ótimas condições para a instalação de uma Zona Industrial ou de pequenas indústrias, e que tinha potencialidades turísticas. O Monte de Santo Adrião tinha umas vistas cativantes, mas quanto ao acesso, todos viram a dificuldade em lá ir. Tinham o património mais valioso de Castelo de Paiva que era a Igreja matriz, com a riqueza das pinturas do teto, da talha dourada nos altares, mas havia uma necessidade de intervenção que estava a necessitar aquela magnífica obra. A Igreja de Real e o Monte de Santo Adrião deveriam ser integrados num roteiro turístico do Concelho. O Património histórico resumia-se à Igreja, mas tinham também um património paisagístico, a nível de doçaria e a nível dos vinhos. Não tinham o melhor vinho do Mundo, mas os produtores de Vinho de Real apostavam num vinho de excelência e isto via-se na Mostra de Produtos de Real em que os vinhos eram muito procurados. A amabilidade e simplicidade das gentes de Real foram testemunhadas por todos quando chegaram ao Gilde, junto ao campo de futebol, onde estava um grupo de pessoas a confraternizar e lembraram ao Sr. Presidente da CM e ao Sr. Vereador que lhes tinham prometido uma mesa e um banco. A JF fez obras que achava necessárias, como as casas de banho e a sala multiusos Joaquim Gomes de Castro. Bastou a ideia e a coragem de pôr em prática, bastou o entusiasmo das pessoas e construiu-se a capela Mortuária. Destacava quatro nomes em Real, Joaquim Quintas, seu irmão, Joaquim Gomes de Castro, mas havia mais dois nomes, Carlos Castro e António Fernandes. Carlos Castro foi candidato à JF quando ninguém quis ser candidato e, pela amabilidade, pela simplicidade e pela entrega que tinha a todos os realenses em ajudar, era uma pessoa excepcional. António Fernandes, um verdadeiro realense, um obreiro do Real Atlético Clube, das instalações desportivas. A única maneira de os homenagear era com uma salva de palmas.

Mário Pereira Fernandes, residente em Real, cumprimentou todos os presentes e referiu que agradecia a intervenção e preocupação do Jorge Quintas pela Freguesia de Real. Saudou o Executivo da CM e da AM pelo facto de terem vindo a Real e lamentou também a falta de membros da AM, mas ficava contente por ver vários realenses presentes. Quanto ao problema do saneamento, estava a referir-se ao Loteamento do Vale da Mota, que era triste, que aquele problema já se arrastava há alguns anos e lamentava que não fosse uma prioridade dos executivos. Da JF não se podiam queixar porque não tinham verbas a nível financeiro para tomar conta daquela obra. Só não conseguia entender que nos últimos anos de mandatos dos



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executivos, havia muito dinheiro para gastar em obras, porque estavam em alturas de eleições. Perguntou porque não uma intervenção no Vale da Mota se era uma prioridade. Achava que havia realenses de primeira e de segunda, que era apenas um desabafo e não olhava a cores, só queria ajudar e não destruir. O saneamento do Vale da Mota tinha dado muitos problemas e numa das intervenções da CM, o depósito colocado lá rebentou e a CM tirou o esgoto para fora, espalhou-o no chão, pôs-lhe terra por cima e a situação ficou resolvida. Foi triste e lamentável aquele trabalho, porque os miúdos andavam sempre lá a jogar e até já nem iam buscar as bolas para não ficarem enterrados. Pedia a todos que fizessem aquela obra que era prioritária e era um crime para a saúde pública. Sabia que o investimento era muito avultado, mas muito dinheiro se gastava sem se olhar para a realidade das coisas. Quando disse que havia realenses de primeira e segunda era porque já era a segunda vez que os moradores eram prejudicados. Quando andaram a fazer a urbanização do Vale da Mota de Cima, colocaram logo saneamento, luz que até parecia um estádio e na zona de baixo ficou esquecida novamente, não havia luz nas 4 ou 5 casas, simplesmente colocaram três postes. Quanto ao saneamento, na urbanização de cima estava feita há 10 anos, a urbanização de baixo há 20 anos, os debaixo não tinham saneamento e os de cima estava pronto. O mesmo se passava no loteamento do Outeiro e que aquela obra estava feita há meia dúzia de dias e já estava a dar problemas. Perguntou onde estavam os engenheiros. Era mais uma despesa para a CM. Deveria haver mais fiscalização para que a CM não sofresse as consequências. Por último, referiu que deviam esquecer mais os gabinetes e entrarem mais vezes no terreno. Agradeceu ao Sr. Vice-Presidente pela forma como resolveu o problema que lhe tinha solicitado. Eram todos de Real, eram pessoas simples e solicitou ao Sr. Presidente da CM que olhasse mais um pouco para esta freguesia, visto que nos últimos 4 anos tinham sido esquecidos. Havia obras em Real, mas era mérito da JF e dos realenses. Mereciam mais e melhor e que achava que o Executivo da CM e a AM iam resolver o problema do saneamento do Vale da Mota.

Presidente da AM referiu que tinham vindo a Real para serem confrontados com aquelas problemáticas por mais duras que fossem.

José Rocha cumprimentou todos os presentes e referiu que tinha tomado conhecimento do despacho do Sr. Procurador da República em que propunha à Srª. Juízauma injunção de 1.200€ e oito meses de suspensão provisória do processo do Vereador José Manuel Carvalho, onde se podia ler, e citou: “*No dia 26.07.2013 em Castelo de Paiva o arguido José Manuel Carvalho criou o documento constante de folhas 41, no qual consta o despacho com a sua assinatura, da nomeação de Osvaldo Caldas Gabriel, Manuela Maria Gomes Moreira e Adão Manuel Alves dos Santos como membros da equipa multidisciplinar para proceder à alteração do Plano de Urbanização da Vila de Castelo de Paiva, sobre a sua orientação enquanto Vereador do pelouro do urbanismo como exige o Decreto-Lei nº. 292/95 de 14-11. O arguido José Manuel Carvalho fez constar nesse despacho a data de*

02.12.2011, o que não corresponde à verdade que é de 26.07.2013, data da sua real criação, com o objetivo concretizado de fazer crer ter havido uma nomeação formal da referida equipa, a qual apenas foi designada verbalmente. A referida adulteração da data do despacho colocou em causa a fé e credibilidade que merecem os documentos emanados das entidades públicas como é a autarquia. O arguido agiu livre, consciente e deliberadamente, bem sabendo que prejudicava a credibilidade do Estado Português. Sabia perfeitamente que a sua conduta era proibida e punida por lei. Pelo exposto, cometeu o arguido José Manuel Carvalho como autor material, na forma consumada o crime de falsificação de documentos.” Questionou o Sr. Presidente da CM, que mediante aquele despacho, se mantinha a confiança política, ética e moral no Vereador José Manuel Carvalho. E que implicações aquele despacho podia trazer para o município no que respeitava ao Plano de Urbanização da Vila de Sobrado. O PSD não, mas, perguntou se o Sr. Presidente da CM achava que o Sr. Vereador continuava a reunir condições para exercer as suas funções no Município mediante aquele despacho.

Alexandre Lopes, Presidente da AF de Real referiu que tinham as acessibilidades que eram prementes e necessárias na Freguesia, mas o mais urgente era o saneamento do Vale da Mota e do Outeiro. Entregou à Mesa da AM depois de ler um abaixo-assinado dos residentes do Vale da Mota e do Outeiro do seguinte teor: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Gonçalo Rocha. Os abaixo assinados, proprietários e/ou residentes nos Loteamentos de Vale da Mota e do Outeiro, servem-se do presente documento para fazer chegar a Vossa Excelência, a crescente preocupação quanto ao saneamento básico que, nestes locais, é oferecido pelo Município de Castelo de Paiva. Como podemos aferir, os esgotos provenientes das habitações destes locais correm e acumulam-se a céu aberto, qual país de terceiro mundo, pondo em causa a saúde pública. Esta situação, que se mantém há mais de 15 anos, nunca mereceu a devida atenção por parte dos executivos camarários que, desde então, lideram e lideraram os destinos do nosso concelho. Esta questão, além de pôr em causa a saúde pública, a insalubridade, os lençóis freáticos, provoca cheiros nauseabundos, aumento de insetos e roedores, com particular incidência no período de calor, potenciando a disseminação de doenças. Além dos problemas que decorrem da situação descrita, a má fama que traz à nossa freguesia e a discriminação em relação a outras freguesias é por nós inaceitável. Face ao que, descrevemos, apelamos a Vossa Excelência que encontre uma célere solução para esta matéria, o que desde já muito agradecemos. Na certeza de termos nosso pedido atendido, encaminhamos este documento em folhas numeradas e assinadas por todos os cidadãos da Freguesia de Real diretamente visados com esta situação.”

Entregou à Mesa da AM outro documento com a deliberação da AF de Real de 09.06.2016 do seguinte teor: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Castelo



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Paiva Dr. Gouveia Coelho, É vontade expressa dos elementos Assembleia de Freguesia de Real, eleitos pelo Partido Socialista, requerer a V. Exa. que encete diligências junto do Câmara Municipal no sentido de atribuir o nome do Professor Joaquim Quintas ao designado Loteamento do Vale da Mota, volvido mais um ano sobre o seu trágico desaparecimento. Certos do melhor acolhimento deste pedido por parte de V. Exa., Subscrevem os elementos da Assembleia de Freguesia do Partido Socialista." Por último agradeceu mais uma vez a todos os elementos que fizeram o percurso à Freguesia de Real, que viram no terreno as necessidades de que a Freguesia carecia e pediu que não se esquecessem da Freguesia de Real.

Presidente da AM referiu que tinha na Mesa um abaixo-assinado que depois o faria chegar ao Executivo. Também tinha um documento que foi apresentado à Mesa, assinado por todos os Membros da AF de Real e dirigido ao Presidente da CM do seguinte teor: *"Cumprimento de deliberação da Assembleia de Freguesia de 09.06.2016: Exmo. Senhor Dr. Gonçalo Rocha Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva. Os eleitos para a Assembleia de Freguesia de Real, das bancadas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, servem-se do presente para, em nome da população da freguesia que representam, manifestar junto de V. Exa. a extrema preocupação relativo ao saneamento básico que é oferecido pelo Município de Castelo de Paiva nos Loteamentos de Vale da Mota e do Outeiro. É público e notório que a saúde pública é posta em causa, atenta a circunstância dos esgotos correrem e acumularem-se a céu aberto. A situação de inoperância a que assistimos, transversal a vários executivos camarários, deve, hoje e agora, merecer a devida atenção de V. Exa., no sentido de se encontrar uma solução a contendo o mais rápido possível. Este pedido foi aprovado por unanimidade em Assembleia de Freguesia no passado 9 de Junho, e como tal vai assinada por todos os elementos:"*. Referiu que aquele documento iria ser enviado juntamente com o abaixo-assinado à CM. Quanto ao requerimento que dizia respeito à atribuição do nome Joaquim Quintas ao Loteamento do Vale da Mota, questionou a AM se estavam de acordo que se recomendasse à CM, que era quem tinha competência para atribuição do nome de ruas e lugares, para que fosse cumprida a deliberação da JF e AF de Real, para referida atribuição.

Filipe Moura, Presidente da JF de Fornos, referiu que achava que não precisavam de votação, porque o processo de toponímia estava a ser tratado e a JF deveria apresentar na CM e vinha o documento pronto para ser votado na AM.

Vitor Quintas Pinho, Presidente da JF de Real, referiu que, atendendo à relevância da pessoa em causa e do loteamento, se houvesse uma aprovação por unanimidade por parte dos Membros da AM, achava que sairia reforçada a ideia da alteração do nome e a CM e a JF de Real ficavam mais descansadas se os elementos votassem a favor e tivessem unanimidade para atribuição do nome do Prof. Joaquim Quintas ao Loteamento.

Colocada à votação aquela proposta, a AM aprovou por unanimidade a recomendação à CM para que seja atribuído o nome do Prof. Joaquim Quintas ao Vale da Mota.

d) INTERVENÇÕES DE MEMBROS DA AM (ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, PARTICULARMENTE FOCADO EM QUESTÕES RELACIONADAS COM REAL).

Presidente da CM referiu que a AM tinha começado bem cedo e que deu para percorrer os inúmeros lugares da Freguesia de Real e perceber o trabalho que tinha sido desenvolvido ao longo dos anos. Saudou o Presidente da JF e a sua equipa e todos os realenses pelo magnífico trabalho desenvolvido em prol da população que tinha tido uma capacidade extraordinária de participação e colaboração. Estavam perante uma Freguesia que sabia compreender as dificuldades que eram reais e vividas num quadro extremamente difícil. Reclamava junto do Governo mais meios e mais oportunidades para o território de Castelo de Paiva. Felizmente os sinais nos últimos tempos eram mais positivos, havia boas notícias para o concelho e a Freguesia de Real também seria beneficiada pelas decisões que eram tão desejadas. O contexto nacional não era fácil e a capacidade de investimento do Governo no que respeitava às infraestruturas de estradas era reduzido e só havia 40 milhões de euros no Orçamento de Estado para fazer estradas e beneficiar pavimentos em Portugal. Estavam à espera dos fundos comunitários para conseguirem realizar investimentos fundamentais para a vida das populações. Castelo de Paiva assumia um papel relevante no que dizia respeito à captação de investimentos para fundos comunitários. Tinham mantido uma estratégia que ia ao encontro de muitas coisas que já tinham falado, como era o caso da valorização das zonas ribeirinhas, da valorização dos recursos endógenos, da aposta no turismo, nas acessibilidades e na construção de infraestruturas que permitissem a captação de emprego para o Concelho de Castelo de Paiva. Num quadro de grande exigência que o Município tinha atravessado nos últimos anos, por força do empréstimo que foi contratualizado em 2008, de cerca de 3,5 milhões de euros, para além dos empréstimos que estavam em curso, tornava a vida do Município asfixiante, pois eram mais de 700 mil euros por ano de serviço da dívida que a CM tinha de pagar desde Dezembro de 2014 a Maio ou Junho de 2019. O serviço da dívida era extremamente pesado, era cerca de 2,5 milhões de euros que tinham de disponibilizar, era um esforço permanente para toda a equipa da CM e que se percutia nas freguesias. Tinham muitas áreas para trabalhar e julgava que tinham feito um bom desempenho ao nível da educação, dos protocolos com as IPSS's no Concelho. Tinham as contas em dia, tinham um prazo médio de pagamento de 36 dias, tinham a dívida de médio e longo prazo nos 8.783.000,00€. Tinham conseguido pagar e já tinham uma capacidade de endividamento na ordem dos 500 mil euros. Isto podia não ser visível junto das populações que precisavam de beneficiação da pavimentação que eram legítimas as reivindicações. O vice-presidente andava sempre no terreno e sabiam bem as



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dificuldades da Freguesia de Real. Recordando o saudoso Joaquim Gomes de Castro, que quantificava com uma facilidade extraordinária o custo de uma pavimentação em paralelo, que também sabia o quanto custava a execução, mas levava sempre o seu barco a bom porto, com a colaboração da CM, percebendo sempre as dificuldades e exigências e que atualmente a JF de Real também compreendia as dificuldades da CM. A CM, atualmente, tinha um conjunto muito mais vasto de responsabilidades e de competências, tinha um conjunto de encargos muito significativos e a capacidade de resposta era cada vez menor, no contexto das receitas próprias que diminuíram por força da crise económica. A questão do saneamento era uma questão antiga e atualmente estava muito mais agudizado mesmo depois das intervenções que foram feitas e os valores que tiveram de suportar andavam na ordem dos 25.000,00€. Não foi suficiente para resolver o problema, mas estavam em negociação com as Águas do Norte para que assumissem aquela responsabilidade. Achava que aquele investimento deveria ser alocado em investimento em alta, para que não saísse dos cofres da CM, mas tinha de ser resolvido com urgência. Lembrava que quando chegou à CM não existia uma única Estação de Tratamento em Alta, como existia atualmente no Castelo, em Sardoura e em Pedorido e este investimento rondou os 2 milhões de euros à CIM-Douro. Naquele momento estavam a fazer o processo de ligação da Baixa à Alta, que era demorado e exigente. Todos sabiam que ao longo dos anos foram feitos muitas atrocidades com ligações clandestinas à rede de saneamento, mas tinham de fazer as ligações corretas para não pesar na fatura astronómica à CM. Quanto à questão do saneamento e o tratamento das águas residuais do Vale da Mota e do Outeiro, não compreendia como é que uma obra recente daquelas já tinha problemas como aqueles que apresentava atualmente. Quanto ao conjunto de acessibilidades que foram apresentados, naturalmente iam merecer a melhor atenção e iam dar prioridade àquelas que teriam o maior impacto na vida das pessoas, não descurando aquilo que era uma aposta no turismo e que estava a falar em concreto do Alto de Santo Adrião, que tinha uma beleza extraordinária, mas havia prioridades, porque havia dificuldade em que as viaturas chegassem às casas das pessoas e recordava o estradão que ia de Nogueira, a exemplo de outras localidades que tiveram oportunidade de visitar. Estavam fortemente empenhados em acompanhar o ritmo de trabalho que estava a ser feito em Real liderado pelo Vitor Quintas, que tinha sido uma agradável surpresa, em termos de competência autárquica e disponibilidade àquela causa. Tinha um carinho muito especial por Real e por gostar de estar ali. Ia fazer um anúncio público. Depois de ponderar muito bem, anuncia a sua recandidatura à Câmara Municipal de Castelo de Paiva.

Presidente da AM referiu que encerrava aquele ponto da Ordem de Trabalhos que foi enriquecedor para todos. Candidataram-se ao cargo que estavam a ocupar com o lema de dignificar a AM. Sempre entendeu que era por esta forma de trabalho, que a AM poderia dignificar-se. Agradeceu aos presentes, porque era a AM mais

concorrida de sempre durante tantas horas em Castelo de Paiva. Os problemas da Freguesia de Real eram problemas do Município de Castelo de Paiva e que ficava satisfeito porque conheceram o que tinham de conhecer e constataram o que tinham de constatar, mas ficou angustiado e preocupado, porque não havia recursos suficientes para resolver os problemas tão depressa quanto era exigível. Ainda havia tanto para fazer e se calhar foi por isso que o Sr. Presidente da CM apresentou a recandidatura para continuar. Falararam de muitos problemas, mas o saneamento foi aquele que mais o terá chocado e que mais urgência punha em cima da mesa e carecia de meios que não tinham. Mas havia outros problemas, havia casas abandonadas, terras incultas, lugares a desaparecer, escolas fechadas e poderia continuar a insinuar todos os temas e problemas com que se tinham deparado. Havia também áreas agrícolas com novos investimentos significativos e havia a grande floresta. Como já tinha referido no início da AM, as intervenções estavam registadas e podiam servir de base para poderem fazer uma monografia da Freguesia, fazerem uma recolha de dados sobre as terras que estavam abandonadas e incultas, casas que estavam abandonadas e a cair ou casas que estivessem a ser construídas, que lugares estavam a crescer ou a desaparecer, porque tudo isso tinha a ver com o investimento e tinham de fazer seleção. Perguntou onde estavam os idosos abandonados; por quanto tempo iam assim ficar; como iam resolver o problema das crianças do ensino pré-escolar em Real ou à volta de Real. Eram problemas graves e eram motivo para continuar a trabalhar. A questão da grande floresta não foi muito abordada, mas era um problema sério. O problema das terras abandonadas, algumas áreas das margens do Sardoura altamente produtivas, era uma tristeza vê-las ao abandono. Defendia a propriedade privada, mas também não podiam ter medo, porque a propriedade devia ser usada em benefício de todos e tinham de criar meios para poderem intervir, para que casas abandonadas e a cair, como a que estava ali ao lado, não existissem. E não podiam falar em turismo quando tinham casas assim, era uma vergonha. O rio Sardoura era o mais paivense, porque nascia e morria em Castelo de Paiva. Soube que os passadiços de Arouca tinham sido desenhados por pessoas em Castelo de Paiva e pena foi que aquele projeto de arquitetura e criatividade fosse aplicado lá. Lançava o desafio, a ideia de transformar o Vale do Rio Sardoura num grande circuito turístico que revolucionaria a Freguesia de Real e o Concelho de Castelo de Paiva. Podia haver empresas que podiam dar as mãos para aquela empreitada. Poder-se-iam fazer passadiços no troço da Ponte das Travessas até à Barragem do Seixo; podiam também pensar no troço da foz do rio Sardoura até à Ponte do Concelho ou no troço da Ponte do Concelho até à Ponte das Travessas. Perguntou por que é que não tinham coragem de pôr isto em cima da mesa. Circuito Pedonal e ou pistas para os ciclistas teriam boas hipóteses de pensar nestas ideias. Se estava previsto canalizar o saneamento do Vale da Mota até à foz do Rio Sardoura, podia conjugar-se as duas coisas e uma escondia a outra. No rio Sardoura tinham moinhos, uma truticultura, paisagens riquíssimas, áreas agricultadas, outras áreas abandonadas, mas podiam ser



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reaproveitadas, vinha, kiwis e floresta. Aquele era o rio municipal que atravessava um vasto território e seria uma obra grandiosa, se conseguissem transformá-lo num percurso que fizesse explodir o Município. Tinham de sonhar, tinham que transformar Castelo de Paiva e Real não podia morrer.

Presidente da CM referiu que quanto à questão que foi colocada sobre um processo do Ministério Público no Tribunal de Santa Maria da Feira, as conclusões já foram objeto de divulgação pública. Aquele processo tinha começado com o processo disciplinar que continuava a decorrer e era confirmado no mesmo que o arquiteto da CM tinha feito o trabalho de alteração do Plano de Urbanização (PU) da Vila de Castelo de Paiva, assim como os restantes funcionários que faziam parte da equipa. O trabalho de alteração do PU foi feito, foi sério, foi competente, foi acompanhado pelas entidades competentes, foi aprovado e estava fechado. Resolveram um problema que tinham herdado do anterior executivo que tinha feito um mau licenciamento e que o atual executivo só tinha que ser valorizado pelo trabalho sério que desenvolveu. Se estivessem a falar de um documento que tivesse desvirtuado a realidade dos factos, teria posto no olho da rua o Vereador do Urbanismo, mas ele era um homem sério, tinha a sua máxima confiança até ao último dia em que estivesse na CM. José Manuel Carvalho continuava a ser um homem que cumpria escrupulosamente as áreas de intervenção que lhe estão a ser confiadas na CM. Não era de forma alguma isto que o iria beliscar, o processo já tinha morrido, a alteração do PU estava feita e estava resolvida. Quanto ao processo tinha dito ao Vereador para ir até ao fim, mas ele entendeu que não deveria ir e aceitou a proposta do Procurador, foi uma opção dele que respeitava. Não abdicava dos princípios da lealdade e da confiança das pessoas com quem trabalhava, porque davam muito delas todos os dias para ajudar a resolver os problemas do Concelho. Não eram 4 ou 5 pessoas, que até podiam escrever muito bem, que alimentavam cenários que melindravam o percurso e as consciências. Nunca abandonaria uma pessoa que lhe foi sempre fiel e leal e que em política era assim que tinha de estar, com convicção. Foi por isso que anunciou há pouco a sua recandidatura, que foi ali que começou a sua campanha em 2009, era ali que assumia que era candidato, era ali que assumia com quem estava e continuava a trabalhar. Não virava a cara à luta e não era aquele processo pequenino que o fazia mexer o sentido da responsabilidade e do sentido coletivo das pessoas ao seu lado. Seguramente não conseguia dar satisfação a toda a gente e cumprir com todos os objetivos, mas o sacrifício que tinham sentido há 7 anos na CM e o sentido de entreajuda que tinham, assim como o espírito coletivo e de coesão da equipa não saia beliscada por quem quer que fosse. O José Manuel Carvalho tinha família, tinha a sua casa, merecia ser respeitado e iria defende-lo até à exaustão. Tinha confiança plena nele e não era alguém que tentava alimentar a questão de uma data, que punha em causa a seriedade e a ordem que era dada aos funcionários. Os funcionários tinham de cumprir ordens e não podiam mandar nos políticos. Tinham tentado boicotar um processo disciplinar que tinha de ser

aplicado. A pessoa em causa tinha obrigatoriedade de assinar o documento e, mesmo que discordasse, tinha que dizer porque é que discordava. Sabia bem como tinha sido o processo disciplinar e sabia qual foi o posicionamento de algumas pessoas que estiveram na reunião do executivo municipal, que não queriam que se aplicasse a ordem. Colocou várias questões: se estavam a proteger quem e o quê; O que é que motivava aquelas questões todas; aquando do acesso ao quadro da CM referiu que fazia parte de uma equipa, perguntou se quando passou ao quadro da CM se sentiu protegido para fazer aquilo que lhe apetecia. Em Castelo de Paiva criou-se a ideia que qualquer coisa que se construisse tinha ilegalidades e tudo era um problema. Tinham de criar condições de paz para dar sinais aos privados para poderem trabalhar, mas isto não estava a acontecer. Não desistiam, mas que tudo isto prejudicava muito aquilo que era a boa convivência e os sinais que deviam dar a quem quisesse investir em Castelo de Paiva.

Presidente da AM referiu que iria intervir como Membro da AM. Tinha ficado muito admirado que aquele assunto tivesse sido trazido pelo Membro José Rocha. O que a AM tinha de afirmar era que tinham de ser rigorosos na observação, no princípio da legalidade. Tinham de cumprir as normas, os regulamentos os procedimentos deveriam estar de acordo com o que estava previsto na lei. Quanto ao caso concreto, seria interessante a AM saber se se tratava de um processo-crime, que ia morrer, que não ia haver sequer julgamento, nem definição se era crime ou não e, só por ignorância, já andavam paivenses a dizer que foi cometido um crime. Perguntou se estava o processo de inquérito criminal a decorrer, então quem teve acesso ao mesmo. Sabia que não estava em segredo de justiça, mas na fase de inquérito, mesmo não estando em segredo de justiça, só tinham acesso determinadas pessoas. Não seria difícil averiguar, como é que isto chegou ao conhecimento de quem, para andarem em Castelo de Paiva com intrigas nas redes sociais e pelos vistos na plataforma no fórum político. Perguntou quem conspirava contra quem e com que intenção. E que isto já era um problema da AM. Havia funcionários da CM a obstruir o normal funcionamento da autarquia. Isto era grave e era da competência da AM. Se algum Membro do AM ou de algum partido ou de bloguinhas ou dos facebook's, andavam a divertir-se com isto, se recebiam as informações dos funcionários municipais era grave e estavam a prejudicar o Município e Castelo de Paiva. Questionou como é que tiveram acesso; Sabia que tinha chegado à Rádio, através de quem? O que é que estava em causa? Que objetivos? O que é que poderia ser grave neste sintoma? Havia políticos em Castelo de Paiva que não contribuíam para a promoção do interesse coletivo e o interesse comum, que não faziam política positiva, que faziam o pior que podia haver na política, que era a destruição, era perde de tempo, era o queimar de energias daquilo que não valia a pena. O Vereador José Manuel Carvalho continuava a ser uma pessoa idónea, seria, deveria merecer a confiança de todos e achava muito censurável aquele ataque de caráter que não deveria ser permitido em Castelo de Paiva. Não estava provado em lado



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nenhum que cometeu crime. Houve uma acusação do Ministério Público, o processo morreu, o assunto foi encerrado, não houve julgamento nem ia haver e José Manuel Carvalho não cometeu crime nenhum. Foi prestado um mau serviço à política em Castelo de Paiva. Quem continuasse a afirmar isto, estava a arriscar-se a ter um comportamento suscetível de ser perseguido criminalmente. Deveriam ter cuidado, porque também podia haver uma queixa-crime em defesa do bom nome e da honra. O que dava ideia era que os santos e os virtuosos eram arquitetos e outros que não cumpriam com os seus deveres de isenção e de funcionários municipais. Tinham excelentes funcionários municipais, mas era preciso distinguir o trigo do joio. Todos sabiam que havia gente na CM que numa empresa normal estavam despedidos há muito tempo e que não justificavam o dinheiro que levavam dos bolsos de todos e isso era grave. Os políticos não deveriam utilizar os funcionários para aquele tipo de tricas. Era muito grave que quem fosse eleito chegasse à CM e se sentisse um joguete nas mãos dos técnicos municipais, com todo o respeito pelas suas competências, mas tinham de obedecer àqueles que o povo elegeu e não se pediam favores, davam-se ordens e tinham de as cumprir de acordo com a lei, mas com isenção. Todos sabiam que havia pessoas na CM que boicotavam o trabalho. Não podia ser gestor na CM, porque ao fim de oito dias estaria corrido de lá para fora, porque não havia razão nenhuma para que na CM, como em qualquer outra empresa, não houvesse um controlo de qualidade e de quantidade. Ao fim de cada dia ou de cada semana, tivessem que dizer o que faziam e se houvesse um controlo queria saber quantos lá continuavam e como eram as promoções. Quanto à questão do processo, dava a ideia que tinha havido uma falsificação de um documento e uma falsificação era um documento que tinha uma coisa falsa. Não havia nenhum documento falso, nem sequer havia a prova feita do contraditório num julgamento, o que havia era um documento com uma data que não correspondia à data em que foi praticado o ato que nele estava escrito. O Sr. José Rocha podia ter lido também outra parte do despacho do Ministério Público onde dizia que o Sr. Arquiteto tinha participado, ao longo de 2 anos, e assinado a proposta, fez contribuições para a conclusão dos trabalhos. O Sr. Arquiteto só por uma birra, de um funcionário que em qualquer empresa dava despedimento, recusou assinar a versão final que resultou das alterações que resultaram do inquérito público. Dava a ideia que o arguido, o criminoso era o Vereador. Não houve falsificação de documento, houve um despacho, uma constituição de uma equipa e uma ordem para trabalhar e trabalhou durante 2 anos. O trabalho tinha sido feito, o PU foi retificado e não houve qualquer tipo de falsificação e como tal não houve crime e ninguém tinha o direito de insultar, de denegrir ou levantar questões contra o caráter e personalidade de José Manuel Carvalho.

José Rocha referiu que queria deixar muito claro que não insultou nem ofendeu a honra do Sr. Vereador José Manuel Carvalho, apenas, mediante um despacho do Sr. Procurador da República que lhe foi apresentado, questionou o Sr. Presidente da

CM para tirar dúvidas. Achava que as coisas deveriam ser esclarecidas e que o local próprio era ali à frente de todos.

2.- ATA DA SESSÃO DA AM DE 26.02.2016.

Presente a ata da sessão ordinária da AM de 30.04.2016.

Colocada à votação a AM deliberou por maioria, com 2 abstenções, por não terem estado presentes naquela sessão, e os votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida ata.

3.-INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DA CM E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.

Presente o ofício 2546 de 16.06.2016, do Presidente da Câmara, contendo a informação da atividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 08 de Junho de 2016, e de acordo com o Mapa dos Encargos Assumidos e Não Pagos, a dívida referente a fornecedores é nessa data de 671.887,94 (seiscentos e setenta e um mil oitocentos e oitenta e sete euros e noventa e quatro céntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 07.06.2016, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 1.443.404,12 (um milhão quatrocentos e quarenta e três mil quatrocentos e quatro euros e doze céntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta ata.

4.- LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS 1º. TRIMESTRE DE 2016-06-01.

Presente uma informação dos serviços da CM, dando conhecimento da Listagem dos compromissos plurianuais assumidos que se dá aqui integralmente reproduzida ficando anexa na pasta anexa a esta ata.

A AM tomou conhecimento.

5.-DECLARAÇÃO DE CONCELHO COMO ZONA LIVRE DE TTIP (PARCERIA TRANSATLÂNTICA DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO/ TRANSATLANTIC TRADE AND INVESTMENT PARTNERSHIP) E CETA (COMPREHENSIVE ECONOMIC AND TRADE AGREEMENT).

Retirado este ponto por falta de elementos

6- A QUESTÃO DA REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO.

Presidente da CM esclareceu que tinha tido uma reunião com o Secretário de Estado das Autarquias Locais e que da parte da Secretaria de Estado estava a ser desenvolvido um trabalho em parceria com a ANMP e com a ANAFRE com o objetivo de definir critérios para se constituir uma freguesia e retificar eventuais critérios que estivessem mal elaborados relativamente às agregações que foram



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

efetuadas anteriormente. Tinha manifestado a sua opinião na defesa das freguesias, mas o trabalho ia ser elaborado e que os critérios deveriam ser encontrados de uma forma mais consentânea do que aquilo que era a realidade. O Governo sentou à mesma Mesa as entidades que representavam o poder local, envolveu as freguesias e os municípios naquela discussão. Esteve com as pessoas responsáveis da equipa técnica e já tinham trabalho desenvolvido. O Governo mantinha a intenção de retificar e ia aguardar por novidades da equipa que foi constituída.

José Rocha referiu que queria solicitar ao Executivo Municipal que tivessem atenção à organização das freguesias para que Castelo de Paiva, mais uma vez, não ficasse para trás e estivessem atentos na luta pelos interesses dos paivenses. Certamente, iriam focar as atenções naquele tema para que não acontecesse como aconteceu nos Territórios de Baixa Densidade, nas Aldeias de Portugal e nas ajudas às intempéries aos agricultores. Dever-se-iam focar naquele assunto para que Castelo de Paiva não ficasse para trás e visse os outros concelhos passarem à frente.

Presidente da AM referiu que aquela questão da reestruturação das Freguesias era um tema que tinha de ser ponderado a partir das próprias freguesias e dos Municípios. Tinham duas uniões de freguesias e importava refletir inconvenientes e depois olhar para o município e saber se 3 ou 4 freguesias chegavam e sobravam para governar melhor o município. Já tinha sido a sua posição pessoal anteriormente e era pela discussão e pela análise serena.

7.- OUTRAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO PRESENTE.

Agostinho Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho de Sardoura referiu que queria saudar a Mesa da AM, a CM, os Membros da AM e louvava a JF e AM de Real pela forma como tinham sido recebidos. Solicitou ao Sr. Presidente da AM que também queria que se realizasse uma sessão da AM na Freguesia de S. Martinho, porque dava gosto ver os realenses a assistir àquela sessão. Foi muito interessante a visita que fizeram à Freguesia de Real e que tomaram conhecimento das carências existentes. Realizaram-se grandes eventos no Concelho, desde a Mostra de Vinhos em Real, a Prova de Vinhos em Bairros, a Festa do Couto Mineiro, foram todas muito faladas, mas da Mostra de Atividades de S. Martinho ninguém falou. Convidou a CM, a AM e todos os seus Membros para estarem presentes no dia 24 de Julho pelas 15.30h em S. Martinho para a inauguração do Parque Fitness, que era um ginásio ao ar livre e era uma obra da JF. Em S. Martinho os atletas iam ter oportunidade de fazer ginásio ao ar livre. Esperava que fosse uma grande festa e contava com a presença de todos.

A sessão foi encerrada às 01.30h, tendo-se aprovado por unanimidade a minuta desta ata, nos termos do nº. 3 do artigo 57º. da Lei nº. 75/13, de 12 de Setembro.

Aprovada na sessão de ____ / ____ / ____ por_____

Com ____ votos a favor, ____ abstenções e ____ votos contra